



Anais da Assembléia

Nº 34

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 25 DE ABRIL DE 1980

ANO VI

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA DA 32ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 1980 SEXTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Srs. Deputados Basílio Zanusso e Erondy Silvério.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Ayrton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob o n.º 1061/80, do Senhor Doutor EMÍLIO FEHR, Presidente da Câmara Municipal de São Carlos, Estado de São Paulo, nos seguintes termos: “dando cumprimento à deliberação unanimemente tomada por esta Câmara Municipal, na sua sessão ordinária realizada no dia 31 de março último, tenho a honra de transmitir a Vossa Excelência o incluso Requerimento formulado pelo Senhor Vereador JOÃO DE SANTI, subscrito por mim e outros Senhores Edis, aplaudindo a emenda constitucional apresentada ao Congresso Nacional pelo Senhor Deputado FLÁVIO MARCÍLIO, restabelecendo várias prerrogativas do Congresso. — (Cópia do requerimento em anexo). — Ciente. Arquite-se.

Sob o n.º 66/80, do Senhor JOSÉ CHER, Presidente da Câmara Municipal de Jacarezinho, nos seguintes termos: “tendo esta Câmara Municipal aprovado, por unanimidade, o requerimento n.º 48/80, do vereador FERNANDO JÉFFERSON FALEIROS, em sua Sessão Ordinária do dia 08 deste, vimos mui respeitosamente, solicitar o honroso empenho de Vossa Excelência, no sentido de que a classe política brasileira se manifeste absolutamente contrária ao ingresso de capitais estrangeiros (multinacionais) no programa do álcool no Brasil. Acrescentou, ainda, o vereador, que as multinacionais estão de “olhos gordos” para participar desse importante projeto, o que seria a falência do empresariado nacional, e que essa possibilidade já preocupa o Estado Maior do Exército, cujo Chefe, General de Exército ERNANI AYROSA DA SILVA, se manifestou contrário a essa pretensão, conforme seu pronunciamento

divulgado pela “Folha de São Paulo”, em sua edição do dia 08 do fluente mês. — Ciente. Arquite-se.

Sob o n.º 139/80, do Senhor Gen. Exército REYNALDO MELLO DE ALMEIDA, Ministro-Presidente do STM, nos seguintes termos: “profundamente sensibilizado, agradeço a Vossa Excelência, ao ilustre Deputado Senhor TERCIO ALBUQUERQUE e aos demais integrantes dessa Casa, a homenagem prestada à memória do meu saudoso pai”. — Ciente. Arquite-se.

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Como Líder da bancada do Bloco Parlamentar do PMDB, encaminho a Vossa Excelência a complementação da:

1 — Comissão de Cultura e Esportes.

1 — Nestor Baptista

2 — Fiori Luiz

Suplentes:

Gernote Kirinus

Tadeu Lúcio Machado.

Valho-me da oportunidade para renovar meus protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1980.

a) RENATO BERNARDI

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a consignação em Ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de pesar pelo passamento do Senhor Bertolo Durigan.

Requer outrossim, após aprovação do presente, dê-se ciência à família enlutada, a Av. Manoel Ribas n.º 6169.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1980.

a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje um voto de congratulações pela passagem do Dia do Contabilista.

Requer, também, que do presente se dê ciência aos Contabilistas, endereçado ao Sindicato dos Contabilistas e ao Conselho Regional de Contabilidade do Paraná.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1980.

a) TÚLIO ZANCHET

JUSTIFICATIVA:

A complexidade da atividade econômica contemporânea, calcada no mecanismo como diversificação periódica de impostos, taxas, tarifas e compulsórios, valorização e desvalorizações cambiais, paridades monetárias, bem como um elenco sempre crescente de mutações das diversas formas de contabilidade motivadas ora por aperfeiçoamento tecnológico, ora por novas instruções normativas — faz do contabilista autêntico malabarista de algarismo e nesse contexto transforma esse profissional num dos pilares do sustentáculo funcional e administrativo das empresas.

Se mais justificativa necessitasse, somente a notória im-

portância da Contabilidade no atual universo econômico, transformando o Contabilista no artista primeiro no intrincado palco dos números, seria motivo suficiente para apresentação deste voto de congratulação.

P.S. GEDIÃO TÚLIO

Presidente do Sindicato dos Contabilistas
Rua: José Loureiro, 133 - 11.º andar
NESTA CAPITAL

MOACYR HUY TAPITANG

Presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná
Rua Mal. Floriano, 500 - 11.º andar
NESTA CAPITAL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso e gozo de suas prerrogativas regimentais,

Considerando que urge o fortalecimento da economia paranaense;

Considerando que a industrialização de produtos primários da agricultura e da pecuária constitui mais um importante passo para o nosso fortalecimento econômico e para a elevação do poder aquisitivo do nosso povo;

Considerando que, em muitos municípios, foram constituídos Distritos ou Cidades Industriais, sem que hajam sido instalados;

Considerando que se torna necessário maior apoio oficial a essa iniciativa, através de incentivos;

Considerando que a energia elétrica é primordial para o funcionamento de um parque industrial;

Considerando que o consumo, pela indústria, de energia elétrica se reflete no custo da produção;

Considerando que, no Paraná, o maior produtor de energia elétrica do país, as tarifas energéticas são extremamente elevadas, o que contribui para tornar incompetitiva a produção industrial;

Considerando, ainda, que o funcionamento de distritos ou cidades industriais no interior do Estado evita o êxodo para os grandes centros urbanos, com o seu nefasto cortejo de problemas sociais, REQUER o encaminhamento à Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL), de um apelo para que seja estudada uma tabela especial, de tarifas mais acessíveis, às indústrias que se instalarem no interior do Estado, sendo o barateamento da energia elétrica um dos importantes itens dos incentivos oferecidos pelos Poderes Públicos.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1980.

a) ROMERO FILHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requer envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor Presidente da TELEPAR, no sentido de reivindicar a extensão de cabo físico para telefonia do Distrito de Entre Rios até a localidade de Vista Alegre, no Município de Marechal Cândido Rondon.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Presidente da TELEPAR, de acordo com o exposto acima.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1980.

a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

O pedido em pauta, para extensão de cabo físico até a localidade de Vista Alegre, vem de encontro à inúmeras reivindicações de toda a população daquela região, e poderá ser concretizado tão logo se conclua a central telefônica de Entre Rios.

É uma medida de justiça levar mais este benefício a Vista Alegre, que com seu incansável apoio ao desenvolvimento do Município de Marechal Cândido Rondon, vem gerar consequentemente maiores divisas e progresso ao nosso Estado.

Contamos com o apoio dos nobres Colegas Parlamentares na aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor MARINO BUENO BRANDÃO BRAGA, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, solicitando a elevação da Comarca do Município de Matelândia de Entrância Inicial para Entrância Intermediária, considerando o volume de processos e tramitações em demanda no Poder Judiciário de Matelândia, Comarca em funcionamento há dez anos.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1980.

a) TERCIO ALBUQUERQUE

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor, no uso de suas atribuições, atendidas as formalidades regimentais, REQUER seja encaminhada solicitação ao Ministério da Previdência e Assistência Social, ao INAMPS e a Superintendência Regional do mesmo INAMPS, os seguintes benefícios para o Município de Toledo: implantação imediata de um Posto do INAMPS; estudos e definição sobre implantação de Agência da Previdência Social, com os seus institutos: INAMPS, IAPAS e INPS.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1980.

a) NELTON FRIEDRICH

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de ofício ao Sr. Secretário da Cultura e Esportes, solicitando estudos para a construção de um Ginásio de Esportes na cidade de Rio Negro.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1980.

a) NESTOR BAPTISTA

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma região muito importante para o Estado, com a população constituída em sua maioria de jovens. A construção desse Ginásio beneficiaria em muito a cidade, esquecida pelo Governo em épocas passadas, tendo hoje como Prefeito um homem ligado a ele, o que ajuda muito para que essa reivindicação da comunidade seja atendida.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 31/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "CARITAS PAROQUIAL DE CLEVELÂNDIA".

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1980.

a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

A CARITAS PAROQUIAL DE CLEVELÂNDIA, com sede e foro na cidade de Clevelândia, Paraná, é uma Associação assistencial, filantrópica, civil e de utilidade pública, com perso-

nalidade própria.

Pelos inclusos estatutos da Cáritas Paroquial e demais documentos se observam os relevantes serviços sociais que são prestados à coletividade mais necessitada.

Do exposto, considerando que a mesma preenche os requisitos necessários e indispensáveis à sua declaração de utilidade pública é que ofereço o presente projeto de lei à consideração de meus Pares.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente.

Tendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus, devidamente inscrito.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“Os atos de violência, o terror, as ameaças de morte, os considerados casos insolúveis e em alguns casos a omissão e convivência das autoridades policiais, vêm de há muito provocando um clima de inquietação e insegurança para a população da Região Oeste do Estado.

Isto, em nosso entendimento, exige em regime de urgência, a tomada de medidas cabíveis por parte das autoridades constituídas, para que se ofereça a essa mesma população, um mínimo de segurança e de respeito.

Não é admissível que crimes e cenas das mais bárbaras, continuem sacudindo a sociedade oestina, e que no decurso dos acontecimentos, como que num passe de mágica, tudo fique encoberto por um longo e tenebroso silêncio ameaçador, através de evasivas como o anúncio de operações especiais, como a anunciada recentemente “operação jagunço” na Cidade de Cascavel, quando na realidade, jagunços e assim tidos como tal, como elementos de alta periculosidade perambulam pelas ruas livremente, como que em sinal ameaçador na iminência de novos crimes e o pior que tudo isto é assistido, com a convivência ou consentimento das autoridades policiais.

Chegamos diante de fatos como os denunciados pelo nobre Deputado Federal Paulo Marques a crer que, “os verdadeiros patronos do clima de desordem estão sob a proteção da polícia”. Isso se configura no caso específico do Sargento PM Artur, envolvido como implicado no assassinato do jornalista Antônio Heleno, e que mesmo tendo prisão preventiva decretada, foi visto perambulando livremente em Guaraniaçu, promovendo intrigas e articulando novos assassinatos a mando de terceiros, conforme esclareceu o eminente Deputado Paulo Marques em pronunciamento na Câmara Federal.

A insegurança é uma constante naquela região, tendo início inclusive através da pressão dos famigerados comandos políticos, onde politiqueiros mal intencionados, provocam a substituição de delegados de carreira por delegados “calça-curta”, visando somente a interesses políticos, o que consideramos como expediente espúrio diante da defesa dos interesses maiores que são os de oferecer tranquilidade e segurança à população.

A continuar essa situação de irregularidade e se não tivermos no mais breve espaço de tempo, solução para casos os mais monstruosos ocorridos naquela região, seremos obrigados a endossar declarações do eminente Deputado Paulo Marques, quando faz alusões de que as promoções na Polícia Militar de nosso Estado, estão na razão direta das violências cometidas; de que divisas no uniforme, representa hoje, o mesmo que antigamente representavam marcas feitas no cabo de revólver, cada morte uma marca e aqui complementamos, cada divisa um crime cometido, porque arbitrariedade também é crime. E na Região Oeste principalmente em Cascavel,

Capitão Leônidas Marques, Nova Aurora e outros, crimes horrendos, cometidos a mando de terceiros, são considerados insolúveis e os intermediários, os mandantes e pistoleiros encontram-se em gozo pleno de liberdade, enquanto que inocentes chegam a pagar com a vida por crimes não cometidos, e isto ocorre nas próprias delegacias de polícia, como o caso do carpinteiro Casemiro, até hoje encoberto.

E para finalizar Sr. Presidente, Srs. Deputados, lembramos aqui, e com testemunho se for preciso, a operação jagunço, efetuada em Cascavel nos anos 60/61, em nada resultou, a não ser na promoção de jagunços em trabalhadores a serviço da própria polícia estadual.

Naquela ocasião, os jagunços presos, algemados e arrastados para Curitiba, dias após, voltavam triunfalmente para Cascavel, em avião do Governo, às custas do Estado. E há poucos meses, anunciou-se a realização de operação jagunço, idêntica a dos anos 60/61, e até o momento não apresentou nenhum resultado positivo. Será que o Estado continua dando cobertura aos promotores da desordem e do crime naquela região?

A história haverá de cobrar nossa surdês e nosso silêncio comprometedor junto ao sangue inocente derramado pelas mãos do terror oficialmente acobertada por motivos inconfessáveis.”

Apelando inclusive, a tolerância da Presidência da Casa, gostaria de apenas ler duas frases escritas em alusão às solenidades que haverá aqui, no Paraná, em relação a vinda do Papa: “Aborreço e desprezo às vossas festas e com as vossas assembleias solenes não tenho nenhum prazer. Diz Deus. E ainda que me ofereçais holocaustos de vossas ofertas de manjares, não me agradarei deles e nem atentarei para as ofertas pacíficas dos vossos animais cevados. Antes corram o juízo como as águas e a justiça como um ribeiro perene”.

Seja este o recado que Deus nos deixa, para de uma vez por todas encontrarmos uma solução de justiça para o nosso querido Oeste do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Tendo declinado, concedo a palavra ao nobre Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Solicitamos a nossa inscrição no Pequeno Expediente da sessão de hoje, apenas para restabelecer a verdade sobre os acontecimentos verificados ontem, nesta Assembleia, quando se aprovou um requerimento de autoria do nobre Deputado Darcy Deitos, solicitando ao Governo Federal, a demissão dos Ministros do Planejamento e da Agricultura.

O jornal “Gazeta do Povo”, cujo redator é o físico nesta Casa insiste em distorcer os fatos que realmente aqui acontecem, publicou que o Líder da bancada, após fazer sua declaração contrária ao requerimento, abandonou o plenário. O que não é verdade, Sr. Presidente.

Ontem, após a votação da Ordem do Dia, tive que ausentar-me para atender interesses do Município de Imbituva junto à uma Secretaria de Estado. Solicitei, na oportunidade, ao nobre Deputado Airton Cordeiro, vice-Líder, que assumisse o comando da bancada. O que ocorreu, foi o fato noticiado pelo jornal “Gazeta do Povo”, na sessão de anteontem, quando declarei questão aberta e declarei meu voto contrário ao requerimento do nobre Deputado Darcy Deitos, por entendê-lo intempestivo, extemporâneo. Porque não compete a este Poder Legislativo, solicitar do Presidente da República, a

substituição de qualquer auxiliar, muito menos de um Ministro de Estado.

Mesmo porque é muito fácil dizer que um Ministro não é bom, criticá-lo, sem apresentar soluções. Nós não morremos de amores por nenhum Ministro, muito menos pelo Sr. Delfim Neto, a quem atribuímos algumas decisões desastrosas na condução da política econômica do País, mas isto é uma posição pessoal nossa. Não vai ao ponto de reengajar o Poder Legislativo numa situação extemporânea, numa solicitação absurda, qual seja, a solicitação de pedir ao Presidente da República a substituição de um Ministro.

Acho que cada Poder tem a sua ação limitada pela própria Constituição e não podemos extrapolar as nossas atribuições, nos imiscuindo na condução da política do Governo Federal.

Representar o povo, é uma coisa. Agora, extrapolar desta representação, é outra que não aceitamos.

Por esta razão, Sr. Presidente, fazemos hoje uma declaração de voto contrário àquele requerimento. Se estivéssemos na sessão de ontem, agiríamos como agimos na sessão de anteontem, quando declaramos a questão aberta e afirmamos que votaríamos contrariamente à pretensão do nobre Deputado Darcy Deitos.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jurandir Messias, no Pequeno Expediente, inscrito.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queremos justificar a nossa presença na tribuna, no dia de hoje, para fazer nossas as palavras do Deputado Erondy Silvério. Também não tivemos oportunidade de estar presentes quando da votação do requerimento do eminente Deputado Darcy Deitos, que solicitava ao Presidente da República a substituição dos Ministros do Planejamento e da Agricultura.

Evidentemente se estivéssemos na sessão, mesmo por uma deferência toda especial da nossa bancada, na oportunidade liderada pelo Deputado Airton Cordeiro, votaríamos contra o requerimento por entendermos que não devemos nós, deste Poder, ter envolvimento com o Poder Executivo de Brasília.

Então, quero Sr. Presidente, justificar aqui, e que fique constado em ata o nosso voto, se presente ontem seria contrário ao requerimento que pedia a substituição dos Ministros Delfim Neto do Planejamento e Amaury Stabile, da Agricultura.

Também queremos Sr. Presidente, justificar outro requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, que solicitou o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes para dar ênfase ao acesso de Mamborê. Eu que antes e quantas vezes, Sr. Presidente, tenho vindo a esta tribuna para dizer bem alto a todos e principalmente àqueles que dão entrada de requerimentos intempestivos a esta Casa de Leis, tenho, Sr. Presidente, muitas vezes usado da palavra para contestar e sempre quando as faço trago em minhas mãos, documentos hábeis que comprovam a não necessidade desses requerimentos.

E até, Sr. Presidente, vou mais longe, porque também muitos dos Srs. Deputados, principalmente da Oposição procuram através desses requerimentos levar às suas comunas o seu trabalho, a sua presença, para que eles tenham realmente alguma coisa de palpável dos Deputados que para cá mandaram em 1978.

O Deputado Darcy Deitos, e eu pediria vênias ao ilustre Deputado, por citar o seu nome no Pequeno Expediente, que pede ao Secretário dos Transportes o acesso que liga a BR-369 à Cidade de Mamborê, pareceu-me bastante dema-

gogo. Porque o Deputado, autor do requerimento não tem conhecimento como se encontra o processo, como se encontra o Departamento de Estradas de Rodagem com referência àquele acesso, na sua tramitação principalmente naquele órgão.

Tenho em mãos, Sr. Presidente, e vou ler, para que fique também registrado nos Anais desta Casa, o ofício que acabo de receber do Sr. Secretário dos Transportes, Dr. Nivaldo Almeida Neto.— (Lê):

“Curitiba, 17 de abril de 1980.

Senhor Deputado:

Pelo presente, reportamo-nos a solicitação do ilustre Deputado, com referência aos seguintes assuntos:

- a) Acesso de Mamborê - esse trecho compreende a ligação da BR-369 até Mamborê, com extensão de 6,6 km, o qual está incluído no Programa de Obras, como Rodovia prevista para ser concluída em 1981;
- b) trecho IRETAMA-PITANGA-RIO BONITO, está previsto seu início em junho de 1980, de conformidade com contrato firmado com a Empresa de Construções EBEC sob n.º 189/78;
- c) trecho CAMPO MOURÃO-IRETAMA, primeiro lote está previsto seu reinício em abril de 1980, pelo Programa de Obras, conforme contrato firmado com a Empresa S. MENEGUSSO sob n.º 060/79;
- d) trecho CAMPO MOURÃO-IRETAMA - segundo lote - será reiniciado em maio de 1980, de acordo com previsão da Programação de Obras, de conformidade com contrato celebrado com a Empresa Construtora C.R. Almeida”.

Sr. Presidente, está perfeitamente caracterizado que o Deputado é mal informado.

Realmente não tem condições de querer pelo menos defender os interesses da sua região.

Porque entendemos, Sr. Presidente, que um Deputado que tem a obrigação de vir aqui, defender a sua gente, defender o Estado do Paraná, tem que estar bem informado.

E o Deputado autor do requerimento, provou mais uma vez que é um Deputado afoito, e sem conhecimento do que se passa na sua região.

E é por isso, Sr. Presidente, que venho à tribuna a fim de deixar bem claro, para levar ao conhecimentos de todos os Srs. Deputados que aprovaram inegavelmente, sem o devido conhecimento, aquele requerimento.

O Deputado autor do mesmo, afirmo mais uma vez, é despreparado para representar a sua região.—
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra no Pequeno Expediente, ao nobre Deputado Nilso Sguarezi, inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É evidente que o requerimento votado ontem, por si só, é polêmico. Pedir-se a demissão de um Ministro de Estado, é evidente que é um fato, um acontecimento, mas principalmente uma posição política, que muito dificilmente se encontrará a unanimidade.

Em todo caso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a aprovação do requerimento, expressou com legitimidade, com sinceridade, o que o povo do Paraná pensa a respeito desses dois Ministros de Estado. A discordância de alguns dos Srs. Deputados, é aquela restrita faixa que existe na população do Paraná, que ainda talvez baseado no princípio da autoridade, que vem desde o tempo das cavernas, desde o tempo do “pater família” talvez baseado neste princípio de autoridade, uma pequena faixa da população brasileira, vamos dizer, ainda não saiu de público para protestar contra a presença

destes dois homens do Ministério. E começo pelo mais novo deles: o Ministro da Agricultura, Sr. Stábile. Ficou provado à Nação que este homem tentou através da sua influência e para obter vantagens pessoais, no caso da COTRIGUAÇU, fazer com que a transação das terras fossem carregadas ou usando a influência do Ministério, fossem levadas para uma multinacional. Fato extremamente grave, em que um País verdadeiramente democrático, uma acusação contra um Ministro de Estado, seria suficiente, para eliminá-lo do comando de uma pasta tão importante, como é a da Agricultura.

Mas, Sr. Presidente, venho à tribuna mais para discordar das colocações feitas da tribuna, quando se disse que requerimentos dessa natureza não deveriam ser apreciados pelo Poder Legislativo, porque eles teriam o condão de interceder ou de se intrometer em coisas específicas do Executivo.

É evidente que é da competência exclusiva do Executivo escolher seus Ministros. Mas é da competência deste Poder, e este Poder não pode abrir mão em atender os reclamos, ser realmente de ressonância do que pensa a classe civil brasileira, sob pena de traírmos os anseios populares.

Por que, Sr. Presidente, é de se perguntar, será só competente o Poder Legislativo quando se dá voto de louvor ou voto de rejúbilo a um Ministro de Estado porque acerta uma determinada medida?

Então o Poder Executivo é competente. Então não assume a tribuna para dizer que requerimentos laudatórios aqui não deveriam ser propostos?

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tem legitimidade e competência, e acima de tudo, obrigação este Poder, de traduzir de público o que pensa a nossa sociedade a respeito do Sr. Ministro Delfim Neto, pensa deste jeito.

Este homem já teve oportunidade demais para aprovar a sua propalada competência. Porisso, não concordo com as afirmações aqui levantadas, embora respeitando a posição de cada um.

Mas, requerimentos desta natureza, devem aqui ser discutidos e devem aqui ser propostos, como condição, inclusive, devem pensar bem os Srs. Membros da Bancada do PDS, que dá sustentação política a este Governo, inclusive como forma de orientar o seu Governo, e não iludí-lo, porque é uma mera ilusão pensar-se que, porque o povo está quieto, que o povo não protesta, estaria batendo palmas pela atuação de todo este ministério.

Dá porque, congratulo-me com a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com os que votaram favoráveis e com os que votaram contrariamente, mas, principalmente, porque, como disse um eminente Deputado da Bancada do PDS: "Voto contra e voto com consciência, porque, de atitudes como está, é que este poder se agigantará". De atitudes como esta, com consciência, e, principalmente, refletindo o que o nosso povo quer, este Poder será o legítimo representante dos anseios populares.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Registramos a presença, em nosso plenário, do ex-Deputado Estadual, e Diretor da Faculdade de Direito de Jacarezinho, Dr. Nivaldo Gomes de Oliveira.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Darcy Deitos, inscrito.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Lamentavelmente, tenho que vir a esta tribuna tão somente para rebater as acusações feitas à minha pessoa, pelo Deputado Jurandir Messias.

Isso não se faz, Deputado, agredir um homem deste Parlamento, gratuitamente, como Vossa Excelência fez ...

(tumulto...)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa faz um apelo ao nobre Deputado Jurandir Messias. Está com a palavra o Sr. Deputado Darcy Deitos. No Pequeno Expediente, de acordo com o Regimento Interno, não são permitidos apartes.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Dizia que teria que vir aqui, lamentavelmente, porque a nossa pessoa que sofreu ataques gratuitos do Deputado Jurandir Messias teria que esclarecer a esta Casa.

Na data de anteontem, quando apresentamos um requerimento ao Sr. Secretário dos Transportes do Paraná, para que fosse concluído o acesso asfáltico da BR-369, com a Cidade de Mamborê, o eminente Líder da bancada do PDS nos fez um apelo, dizendo que esse requerimento não seria aprovado, porque, conforme lhe dissera o Deputado Jurandir Messias, aquele acesso já estaria concluído, sendo o requerimento desnecessário. E nos solicitou que, pela ausência do Deputado Jurandir Messias, naquela oportunidade, adiássemos a votação para esclarecer o assunto.

Aceitei aquela solicitação e aguardei que aquela matéria entrasse em discussão na data de ontem. Porque como disse o Deputado Jurandir Messias, não temos informação nenhuma a respeito do asfaltamento daquele acesso.

E tanto é verdade que este Parlamento é desrespeitado por Secretários de Estado, porque, um requerimento aprovado por esta Casa, em novembro de 79, quando solicitávamos esse asfaltamento, até hoje não recebemos qualquer comunicado do Sr. Secretário dos Transportes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, este Deputado cumpre, neste Parlamento uma oposição efetiva, o papel de uma oposição que cobra dos homens do Governo a realização das obras para sua região.

E nada mais faço do que fazer essa cobrança.

Onde está o asfaltamento daquele acesso concluído?

Onde está a resposta, a este Parlamento, de um requerimento aprovado por esta Casa, que é desrespeitada, por várias vezes, neste Estado?

Por isso, Sr. Presidente, não poderia deixar, nesta oportunidade, de ocupar esta tribuna para justificar esses ataques gratuitos do Sr. Deputado Jurandir Messias. Ataques que não merecem, de minha pessoa nenhuma resposta porque os próprios fatos se encarregarão de esclarecer esta Casa, e o Paraná, quem é que age coerentemente, quem é que age decentemente, e quem ocupa a tribuna e não ataca gratuitamente os homens que compõem este Poder e que merecem o nosso respeito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.—

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente. Necessita de apoio.— **Apoiado.**— Ao Departamento Legislativo.

Indicação do Sr. Deputado Renato Bernardi, Líder da bancada do Bloco Parlamentar do PMDB, indicando os nomes dos Srs. Deputados Nestor Baptista e Fiori Luiz como titulares, Gernote Kirinus e Tadeu Lúcio Machado como suplentes na Comissão de Cultura e Esportes.— Ao Departamento Legislativo para as devidas anotações.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 4/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 06/80), que aprova termo de convênio n.º 83/79, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, que através de Órgãos que especifica, objetiva promover exames de suplência profissionalizante em 06 (seis) modalidades, a nível técnico de segundo grau. Parecer FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 5/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 07/80), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Marilena, objetivando a execução de obras destinadas ao combate da erosão, na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo passamento do Senhor Bertolo Durigan.— **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no sentido da elevação da Comarca do Município de Matelândia de Entrância Inicial para Entrância Intermediária.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Secretário da Cultura e Esportes, no sentido da viabilidade de estudos para a construção de um Ginásio de Esportes na Cidade de Rio Negro.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Presidente da TELEPAR, com o sentido de reivindicar a extensão de cabo físico para telefonia do Distrito de Entre Rios até a localidade de Vista Alegre, no Município de Marechal Cândido Rondon.— **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Romero Filho, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente à COPEL, contendo apelo, no sentido de que seja estudada uma tabela especial de tarifas mais acessíveis, às indústrias que se instalarem no interior do Estado.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do Dia do Contabilista. Em discussão. Em votação.

O SR. DARCY DEITOS — Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, solicito este encaminhamento, tão somente para me associar a este requerimento, aonde o eminente Deputado Túlio Zanchet cumpri-menta o Dia do Contabilista, com a remessa de um expediente ao CRC do Paraná e ao Sindicato dos Contabilistas do Paraná, eu queria me associar a este congressamento.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação

Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Ministério da Previdência e Assistência Social, ao INANPS e à Superintendência Regional do mesmo INANPS, no sentido da implantação imediata de um posto do INAMPS, estudos e definições sobre implantação de Agência da Previdência Social, bem como os seus institutos: INANPS, IAPAS e INPS no Município de Toledo. Em discussão.— Em votação.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Com a palavra o nobre Deputado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, é a segunda vez que nós estamos fazendo um requerimento nesse sentido e o primeiro foi no ano de 1.979.

Como até agora nós não sentimos nenhuma das providências solicitadas, em que pesem as pressões e reivindicações de inúmeros setores da sociedade toledana e da micro-região de Toledo, porque é absolutamente delicada a situação que temos hoje em Toledo, só uma unidade industrial, quase três mil empregados que terá praticamente duplicado esse exército de trabalhadores e todo o contingente humano, dependendo praticamente de Cascavel, para os atendimentos previdenciários.

Ora, o Município de Toledo é o sétimo Município do Estado do Paraná e vive nessa quase mendicância a Cascavel, no atendimento previdenciário à sua gente.

Ora, é a Câmara Municipal de Toledo, ora são os Deputados estaduais da área, ora são os sindicatos, a prefeitura, enfim, todos os segmentos da sociedade que vêm reivindicando com veemência, um tratamento mais condizente com a micro-região de Toledo.

E no entanto, até agora, nem acenos de solução para a problemática ocorre.

Portanto, nós convocamos esta Assembléia e os Deputados, para que nós possamos repetir esta reivindicação para que talvez de repente, se visualize que o Município de Toledo, a micro-região, tenha ao menos um tratamento sério e adequado à importância no contexto regional e nacional.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário do Interior e ao Presidente da TELEPAR, no sentido da instalação de um posto telefônico em Ouro Verde do Piquiri, Município de Corbélia.— Em discussão — **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Sr. Presidente.

Requeiro a Vossa Excelência a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação solicitada. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Sr. Deputado David Cheriegate, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

12 Srs. Deputados o aprovam.

Nenhum rejeita.— Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão,

marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 28, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

4a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 209/79.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 12/80 e de Resolução n.ºs 2, 3, 4 e 5/80.

Levanta-se a sessão.

Decreto Legislativo:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 157/80

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo proto-

colado sob o n.º 1654, de 06 de março de 1980, deste Poder,

R E S O L V E:

nomear JOSÉ GUILHERMINO FILGUEIRAS, matrícula n.º 509, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-C, de Assistente de Gabinete da 1a. Secretaria, de acordo com a Lei n.º 7289, de 28 de dezembro de 1979, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

Palácio "XIX de Dezembro", em 06 de março de 1980.

FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2º Secretário